



Elísio Estanque

'A conflitualidade laboral vai aumentar'

O aumento do desemprego e a crescente precariedade do trabalho são razões para um aumento dos atritos sociais nos próximos meses, prevê o sociólogo

CARLA ALVES RIBEIRO

O programa de combate ao desemprego, aprovado pelo Governo há uma semana, é visto pelo sociólogo Elísio Estanque co-mo uma estratégia para atenuar o custo político do encerramento de fábricas e o aumento do desemprego. Em sua opinião, governantes e empresários não dão a devida voz aos trabalhadores. Uma estratégia que terá os seus custos, num cenário de convulsão social. «Ao

contrário do que alguns agentes invocam, o facto de o sindicalismo estar um pouco mais frágil, de ter mais dificuldade em coordenar mobilizações amplas, será pior. É mais perigoso ter uma conflitualidade desregulada, do que uma conflitualidade negociada», alerta o especialista em relações laborais.

VISÃO: As últimas estatísticas do INE sobre o desemprego demonstram que este >

Investigador do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), Elísio Estanque, 48 anos, tem em curso um trabalho subordinado ao tema *Sindicalismo, Diálogo Social e Relações laborais: para um aprofundamento da democracia no trabalho*. É coordenador da licenciatura em Sociologia da FEUC, e especialista em relações laborais. Entre os inúmeros trabalhos publicados, salienta-se um estudo sobre as relações de poder na indústria do calçado de São João da Madeira.

ENTREVISTA

Elísio Estanque

aumentou muito num espaço curto, atingindo sobretudo as profissões qualificadas. Este fenómeno é incompreensível para muitos. Como é que o explica?

ELÍSIO ESTANQUE: A questão de fundo passa pela recessão internacional. Deve-se, pois, à retração do crescimento económico, em todos os domínios. O desemprego dos trabalhadores qualificados prende-se com a crise nos sectores financeiro e das novas tecnologias, que foram os que mais absorveram emprego de jovens qualificados. Esses sectores, além de contarem com trabalhadores mais jovens, são também aqueles em que predominam os contratos precários. As restrições que foram decididas em relação à Função Pública, de não renovação dos contratos a prazo, poderão estar igualmente a contribuir para isso.

V: O facto de termos agora mais desemprego qualificado não pode ser um sinal de que o próprio País se desenvolveu?

EE: Não me parece que, no caso português, seja essa a questão principal. O desemprego enquadra-se num ciclo de recessão que está a chegar a Portugal. Ora, grande parte do desemprego prende-se com os efeitos destrutivos da globalização neoliberal, que tem vindo a acentuar-se nas últimas décadas. A deslocalização de empresas é um efeito do modelo de desenvolvimento que temos vindo a privilegiar em Portugal e que, em minha opinião, não se adequa às necessidades de um país que quer integrar o grupo dos Estados desenvolvidos da Europa.

V: Porque é que, apesar de o desemprego atingir os profissionais com mais habilitações, estes não se manifestam? O que se tem visto, ultimamente, são sobretudo operários fabris reclamando os seus direitos...

EE: Há explicações de natureza sociológica e também de natureza económica. O facto de os trabalhadores qualificados não se manifestarem é um exemplo claro das clivagens que se têm vindo a acentuar no mercado de emprego nos últimos anos. Isto é, vivemos, como muitos ideólogos têm vindo a referir, na sociedade do conhecimento, onde, de facto, quem possui conhecimento, nomeadamente na área das novas tecnologias de informação, está em melhores condições de fazer parte do sector dos *includidos*. Com o mercado de trabalho a funcionar numa óptica liberal, aqueles que têm mais qualificações têm mais oportunidades efectivas, mudam mais facilmente de emprego. Isso é um aspecto objectivo. Por outro lado, há uma diferen-

notória em relação à força de trabalho mais tradicional, aquela que está mais vinculada à indústria. Esta procurou, ao longo de gerações, basear-se no colectivismo. Além de estar, objectivamente, em condições económicas piores, está mais ou menos ligada a culturas que mais facilmente suscitam respostas de carácter colectivo, organizadas pelo sindicato ou não. Ao contrário de outros sectores, que obedecem a uma lógica de classe média.

V: E é nestes que predominam os contratos individuais de trabalho?

EL: Sem dúvida. É nos sectores de ponta que está mais presente a dinâmica liberal, e a da competitividade individual. Estas áreas absorvem trabalhadores de gerações, não só com mais formação, mas que entraram no mercado do emprego mais tarde, numa

gal era o país que apresentava mais preocupações neste domínio. A nível mais global, só o Japão superava a situação portuguesa, e por razões muito diferentes. Quanto mais paira no ar a ameaça da perda da principal fonte de rendimento, mais as culturas de medo e de ressentimento tendem a acentuar-se.

V: Mas há uma maior percepção por parte dos trabalhadores dos seus direitos?

EE: Sim. Não digo que tenham uma enorme percepção dos direitos, mas ela é hoje maior do que era há uns anos. Basta olharmos para dados relativos à litigação laboral, à procura dos tribunais como meio de solucionar, ou pelo menos atenuar, situações de agressão aos direitos do trabalho, que têm vindo a aumentar grandemente.



Quanto mais paira no ar a ameaça da perda da principal fonte de rendimento, mais o medo e o ressentimento se acentuam

V: E o que tem contribuído para essa consciencialização? Essas movimentações não se fazem um pouco à margem dos sindicatos?

EI: Em parte isso talvez seja verdade. Os sindicatos têm vindo a perder associados e força. Estão fragilizados, a nível geral. Essa consciencialização verifica-se mais a nível individual. Os direitos só são invocados em último recurso, quando o posto

de trabalho está em causa, quando o patrão deixa de pagar o que o trabalhador tinha expectativa de receber. Isto não quer dizer que eu menospreze o papel dos sindicatos. Ele é muito importante. Só que, hoje, muitas vezes, os sindicatos, em certos sectores, funcionam mais como agências de informação. Em algumas áreas de actividade, mais precárias, existe um individualismo de necessidade, porque é impossível agir de outra maneira. É o que se passa nos sectores do têxtil e do calçado, onde não há um passado sindical, uma cultura operária enraizada, como houve, por exemplo, nas zonas de Lisboa, Porto, Setúbal, ou nos sectores metalúrgicos.

V: Há uma mudança de atitude dos próprios trabalhadores fabris, que se reflecte, por exemplo, nas vigílias junto das fábricas, é na criação da associação de apoio às vítimas das falências?

.: Necessariamente que sim. A partir do momento em que a precariedade do trabalho se acentua cada vez mais, é natural que as pessoas se agarrem o mais possível ao seu posto de trabalho. Num relatório recente da OCDE, a principal preocupação apontada em relação a Portugal era a defesa do emprego. Dentro da UE, Portu-

V: Então, nos sectores do calçado e do têxtil (as maiores vítimas das deslocalizações), os sindicatos não têm muita força? Eh: Não, particularmente se falamos de regiões onde a indústria é de natureza difusa, composta por pequenas empresas disseminadas, e que estão inseridas em contextos de tradição rural, e não operária e urbana. Portanto, há uma lógica de dependência muito grande, porque, apesar de precário, esses operários encaram o trabalho como um bem, como uma melhoria relativamente àquilo que os seus pais ou os seus avós tiveram. Nos últimos tempos tem-se acentuado uma lógica socialmente perversa, de um certo paternalismo, em que o empregador espera que o trabalho desenvolva uma dedicação na base da submissão à empresa, e se sinta sempre em dívida com aquele que lhe oferece um posto de trabalho. E, por isso, os empresários, sobretudo os pequenos e médios, não admitem que o trabalhador é um ser humano com direitos. Não aceitam que o papel dos sindicatos é legítimo. E não se apercebem do papel positivo para as próprias empresas que o associativismo autónomo da força de trabalho pode ter.

V: E que tipo de relação laboral estabelecem as empresas estrangeiras, como a Clarks, com os trabalhadores? E V: Por exemplo, no sector do calçado, que está agora na berlinda, não podemos dizer que os empregadores portugueses tenham uma mentalidade e os estrangeiros outra. Podemos é falar de empresários de grandes empresas, incluindo portugueses, que já compreenderam há muito as vantagens de dar alguma voz aos trabalhadores dentro das empresas. O próprio Banco Mundial, no seu último relatório, aponta nesse sentido. E é muito curioso que assim seja, sendo o Banco Mundial colocado sempre do lado do capital e contra o trabalho. É muito sintomático, e penso que é uma indicação que deveria levar alguns dos nossos responsáveis por estas matérias, quer as organizações empresariais quer o próprio Governo, a meditar.

V: O que diz o Banco Mundial?

EE: No estudo comparativo que foi feito, a partir da OCDE, concluí que os sectores onde há maiores índices de sindicalização, e maior liberdade de associativismo sindical, são aqueles em que as empresas têm melhores resultados, a todos os níveis. A leitura que eu faço, é que há uma viragem do próprio Banco Mundial, no sentido de começar a reconhecer maiores vantagens

no desenvolvimento de canais de diálogo com o movimento sindical, mesmo a nível internacional. Porque hoje há também uma transnacionalização das estruturas de defesa dos direitos dos trabalhadores.

V: Em relação à Bawo, que fez com que o Presidente da República se manifestasse, o que leva uma empresa a encerrar uma fábrica de forma tão pouco transparente? EE: É o resultado do secretismo, da demarcação total, rígida e ultrapassada, entre as preocupações da gestão das empresas, e a sua massa de trabalhadores. Há um divórcio total, não se implementaram canais de diálogo, formas de compatibilização de interesses, culturas participativas, e, portanto, a comunicação não existe. E isso é muito negativo no dia-a-dia das empresas, pois para se mudarem coisas dentro de organizações, onde estão vários lados, é preciso levar em linha de conta os diferentes actores. O que acontece é que se atropelam direitos de todo o tipo, recorrendo a truques e mentiras descaradas. Os trabalhadores sentem-se completamente ludibriados e traídos. Os trabalhadores, quando permanecem numa empresa ao longo de 15, 20 ou 30 anos, desenvolvem laços de afectividade muito fortes com os colegas, e com a própria empresa. O drama é muito maior no plano afectivo, da dignidade, dos direitos.

V: Como avalia o programa de combate ao desemprego do ministro Bagão Félix? EE: As medidas, em si mesmas, são positivas, mas a leitura que eu faço é que o programa é uma resposta estratégica, política. Uma resposta para atenuar o impacto social e político que notícias desta natureza, quando surgem umas atrás das outras, em poucas semanas, terão sobre o Governo. Desse ponto de vista, o Executivo está a agir no sentido de minorar os custos políticos. São medidas avulsas, mais do que uma resposta positiva, programa

da, estratégica, pensada atempadamente, e, sobretudo, construída na base da consulta e do diálogo com os diferentes parceiros sociais, empregadores e sindicatos. Os governos devem desenvolver políticas



sociais mais consistentes, atenuando o mais possível os dramas sociais que acontecem sempre em situações de crise e de desemprego. Parece-me que o actual Governo não está muito sensibilizado para apostar nessa via.

V: Se o desemprego continuar a aumentar e a atingir proporções mais gravosas, poder-se-ão desenvolver na sociedade portuguesa reacções xenófobas contra a população imigrante?

EE: Num cenário em que o desemprego aumente ou acelere nos próximos três ou quatro anos, será normal que se acentuem essas atitudes de carácter xenófobo. Isso, apesar de os portugueses terem a imagem de receber bem os outros e de serem, também, um povo de emigrantes. O que não quer dizer que não haja algum tipo de preconceito nesse plano. Pelo menos esporadicamente, ele nota-se, à boa maneira «português suave». É possível que isso venha a acontecer no caso de o desemprego disparar.

V: E, isso poderá acontecer?

EE: Com a instabilidade geral, com o clima deprimente que se instala no nosso país, em vários domínios, é um pouco difícil fazer previsões rigorosas. Mas penso que na área laboral a tendência será para uma convulsão maior nos próximos tempos, para um aumento da conflitualidade. E, aí, ao contrário do que alguns agentes invocam, o facto de o sindicalismo estar um pouco mais frágil, ter mais dificuldade em coordenar mobilizações amplas, será pior. É mais perigoso ter uma conflitualidade desregulada do que uma conflitualidade negociada, ou acompanhada por mecanismos de diálogo, que permitam aos diferentes parceiros resolverem situações porventura mais tumultuosas.

É mais perigoso ter uma conflitualidade desregulada do que uma conflitualidade negociada, ou acompanhada por mecanismos de diálogo